



BALANÇO PATRIMONIAL

REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA – RNP

CNPJ 03.508.097/0001-36

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2012

Excerto Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa de 2013, que aprova a Prestação de Contas de 2012. Aos 22 dias do mês de fevereiro de 2013, às 09:00hs, reuniram-se na sala de reunião da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP em Brasília, os Conselheiros relacionados ao final, com o objetivo de tratar dos assuntos referenciados na pauta. Nesta reunião, de acordo com o item 2 da parte foram aprovadas as demonstrações financeiras do exercício de 2012 com base no parecer dos Auditores Independentes, representados pela empresa Ernst & Young Terco. Conselho de Administração da Organização

Social Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Virgílio Augusto Fernandes Almeida - Presidente do Conselho - Representante do MCTI; Ronaldo Alves Ferreira - Representante da Sociedade Brasileira de Computação (SBC); Roberto Câmara de Araújo - Representantes dos Pontos de Presenças - POP-RR; Sérgio Vianna Fialho - Representante dos Pontos de Presenças - POP-RN; Adailton José Santos Silva - Representante dos Associados; Guilherme Euclides Brandão - Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação - MCTI. Elias Procópio Duarte Júnior - Representante do Laboratório de Arquitetura e Redes de Computadores - LARC. Brasília 22 de fevereiro de 2013.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em reais)

	2012	2011
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		
Caixa	388	135
Depósito bancário à vista (nota 3)	202.680	1.723
Aplicações financeiras (nota 4)	140.042.323	99.796.831
Clientes a receber (nota 5)	1.985.062	694.619
Adiantamentos a terceiros (nota 6)	327.217	505.890
Crédito de funcionários	365.891	290.132
Despesas pagas antecipadamente (nota 7)	2.311.287	2.295.501
Impostos e contribuições a recuperar	76.419	94.950
Total do circulante	145.311.266	103.679.781
Não circulante		
Despesas antecipadas (nota 8)	15.914.366	15.316.804
Imobilizado (nota 9)	26.948.706	27.939.929
Intangível (nota 10)	1.664.950	1.904.679
	28.613.656	29.844.608
Total do não circulante	44.528.023	45.161.412
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>189.839.289</b>	<b>148.841.193</b>

	2012	2011
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		
Fornecedores (nota 11)	6.014.848	3.985.953
Obrigações fiscais (nota 12)	573.591	473.167
Obrigações sociais (nota 13)	752.119	567.756
Provisões trabalhistas (nota 14)	2.023.334	2.430.593
Obrigações em circulação (nota 15)	150.755.560	106.092.756
Outras contas a pagar	46.910	57.194
Total do circulante	160.166.363	113.607.419
Não circulante		
Provisão para contingências (nota 16)	14.246.660	13.366.411
Total do não circulante	14.246.660	13.366.411
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		
Patrimônio social	2.322.469	2.317.506
Superávit acumulado	13.103.796	19.549.857
Total do patrimônio social	15.426.266	21.867.363
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>189.839.289</b>	<b>148.841.193</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em Reais)

**1. Informações sobre a entidade:** A Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), localizada na Avenida Lauro Muller 116 - 1103, Rio de Janeiro, RJ, foi qualificada como organização social por meio do Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002. Tem como finalidade o desenvolvimento tecnológico da área de redes e suas aplicações, com o foco orientado para o suporte às atividades de ensino, notadamente, na educação superior e na pesquisa. Para isso, se constituiu como a infraestrutura de rede de comunicação e computação para suporte à pesquisa brasileira, uma vez que propicia a integração de todo o sistema de pesquisa e ensino superior por meio de uma rede de alta capacidade, rica de serviços e aplicações. Por meio dessa rede nacional, ou backbone, chamada Rede Ipê, também são realizadas pesquisas para o desenvolvimento e teste de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Essas tecnologias constituem a base da nova sociedade do conhecimento; seu domínio e uso são essenciais para o desenvolvimento do País. Nesse sentido, a própria rede se constitui como um laboratório nacional no qual os experimentos de TIC são realizados, permitindo que seus resultados possam beneficiar mais rapidamente os clientes. As atividades desenvolvidas pela RNP estão atreladas a metas e prazos descritos no Contrato de Gestão, firmado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a Associação, assinado originalmente em 26 de março de 2002 com vigência inicial de 5 anos. O mesmo foi renovado em 16 de janeiro de 2007, com prazo de vigência de 4 anos e, por fim, foi estabelecido novo contrato com início em 22 de dezembro de 2010 e vigência de 6 anos adicionais. A RNP depende do recebimento de repasse de recursos do MCTI para manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. Em virtude da natureza das operações da Organização, da vigência do Contrato de Gestão e da conformidade com os termos deste novo contrato a Administração da RNP entende que os recursos previstos e necessários serão disponibilizados à Organização na forma esperada. **2. Base de preparação das demonstrações financeiras** As demonstrações financeiras da RNP são de responsabilidade de sua Administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas formas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, também com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras da RNP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram autorizadas para emissão por sua Diretoria Executiva em 8 de fevereiro de 2013. A Administração reviu a composição e a forma de apresentação dos equivalentes de caixa. As aplicações financeiras foram reclassificadas e não mais considerados equivalentes de caixa. Esta reclassificação não acarretou em modificação nos déficits apurados pela Entidade, na sua posição patrimonial e financeira e em seu patrimônio social em qualquer dos períodos apresentados. A Entidade não possui nenhum indicador de performance ou de gestão que tenha sido impactado por esta reclassificação. As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem: caixa, saldos em caixa ou em conta movimento com risco insignificante de mudança de valor. b) **Auração do superávit:** O resultado é apurado pelo regime de competência. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos sejam gerados para a RNP e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida. c) **Provisão para devedores duvidosos:** É constituída com base em análise pela Administração da carteira, conjugada com a experiência operacional e a conjuntura econômica. d) **Imobilizado:** Está registrado ao custo, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação de bens do imobilizado, é calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa 9, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens. A Administração da RNP não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado, conforme previsto no CPC 01. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado em relação ao seu uso ou a sua venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. e) **Intangível:** Ativos Intangíveis refletem os custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas para redução do valor recuperável, quando aplicável. O ativo intangível é composto por software, que é amortizado à vida útil econômica esperada. f) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. g) **Provisões:** Ceral: Provisões são reconhecidas quando a RNP tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que seja requerida uma estimativa confiável do valor da obrigação para que a mesma possa ser liquidada. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos e provisões trabalhistas:** A RNP é parte em diversos processos judiciais e administrativos; portanto, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e quando uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências aplicáveis, as decisões mais

recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. h) **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** O processo de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras e nas suas notas explicativas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado e intangível, provisão para contingências e recuperabilidade dos ativos. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A RNP revisa suas estimativas e premissas anualmente. i) **Instrumentos financeiros: Ativo financeiro:** Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e como empréstimos e recebíveis. A Entidade determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo, por meio do resultado dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Empresa incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Entidade avalia na data das demonstrações financeiras se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Entidade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e incluem contas a pagar a fornecedores. **Instrumentos derivativos:** A Entidade não possui em 31 de dezembro de 2012 e 2011 nenhum instrumento derivativo de qualquer natureza em aberto. A entidade não realizou nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 nenhuma transação com instrumento financeiro derivativo de qualquer natureza. j) **Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seu benefício econômico futuro seja gerado em favor da RNP e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Organização possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. k) **Tributação:** A RNP é uma associação civil sem fins lucrativos constituída nos termos da Lei 9.637/98 e tem suas atividades voltadas para o desenvolvimento tecnológico e de pesquisa, motivo pelo qual lhe é conferida a imunidade tributária. Caso a RNP não gozasse de imunidade tributária, as receitas de prestação de serviços estariam sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Imposto Sobre Serviços - ISS 5,00% Programa de Integração Social - PIS 0,65% Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS 3,00% A tributação sobre o lucro compreenderia o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda seria computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, e a contribuição social seria computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. As inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente gerariam créditos ou débitos tributários diferidos. l) **Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3. Depósitos bancários à vista:**

	2012	2011
Banco do Brasil S.A. - 27000	-	25
Banco do Brasil S.A. - 702005	-	1.658
Banco do Brasil S.A. - 674001	56.043	25
Banco do Brasil S.A. - 675008	-	3
Banco do Brasil S.A. - 571008	-	3
Banco do Brasil S.A. - 572004	-	3
Banco do Brasil S.A. - 271004	-	3
Banco do Brasil S.A. - 27500X	146.637	-
	202.680	1.723

**4. Aplicações financeiras:**

	2012	2011
Renda fixa - FIX	119.155.152	84.991.435
Renda fixa - DI	20.358.143	13.423.829
Fundo cambial	-	998.770
Poupança	529.028	382.797
	140.042.323	99.796.831

DEMONSTRAÇÕES DO DÉFICIT DO EXERCÍCIO PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (EM REAIS)

	2012	2011
<b>RECEITAS COM RESTRIÇÃO</b>		
Receita do contrato de gestão	147.577.768	73.568.432
Receita de convênios (nota 17)	11.895.088	14.309.895
Receitas sem restrição		
Receitas de prestação de serviços	1.520.656	1.012.526
Receita	160.993.512	88.890.853
(Custos e Despesas)/Receita Operacionais		
Despesas com pessoal	(27.392.727)	(22.412.947)
Provisão de férias e 13º salário	(1.508.518)	(2.187.240)
Despesas gerais e administrativas (nota 18)	(129.303.182)	(62.308.142)
Despesas tributárias	(906.538)	(371.971)
<b>DESPESAS COM CONTINGÊNCIAS</b>	<b>(880.249)</b>	<b>(12.449.749)</b>
Depreciação e amortização	(12.833.393)	(11.114.280)
Despesas financeiras	(1.757.837)	(1.784.197)
Receitas financeiras	6.786.262	9.158.899
Outras receitas operacionais	356.608	433.325
Déficit do exercício	(6.446.061)	(14.145.449)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (EM REAIS)

	Patrimônio		Déficit	Total
	Social	acumulado		
Em 1º de janeiro 2011	2.317.506	14.661.300	16.978.806	
Ajuste de exercício anterior		19.034.006		
Déficit do exercício		(14.145.449)	(14.145.449)	
Em 31 de dezembro de 2011	2.317.506	19.549.857	21.867.363	
Integralização de capital	4.963		4.963	
Déficit do exercício		(6.446.061)	(6.446.061)	
Em 31 de dezembro de 2012	2.322.469	13.103.797	15.426.266	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (EM REAIS)

	2012	2011
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Déficit do exercício	(6.446.061)	(14.145.449)
Ajuste para reconciliar o superávit do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação, amortização e provisão para perda	8.755.008	10.584.308
Provisão para contingências	880.249	12.449.749
Provisão para devedores duvidosos	(296)	18.416
	3.188.901	8.907.024
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Varição em adiantamentos a terceiros	178.673	52.552
Varição em cliente a receber	(1.290.148)	(599.524)
Varição em despesas pagas antecipadamente	(15.786)	(248.207)
Varição em crédito de funcionários	(75.759)	(221.089)
Varição em tributos e contribuições a recuperar	18.531	(15.766)
	(1.184.488)	(1.032.034)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Varição em fornecedores	2.028.896	(39.988.057)
Varição em obrigações fiscais	100.424	90.833
Varição em obrigações trabalhistas	-	-
Varição em obrigações sociais	184.363	83.900
Varição em provisões trabalhistas	(407.259)	1.418.339
Varição em contas a pagar	(10.284)	7.552
Varição em obrigações em circulação	44.662.804	91.381.204
Varição em provisão para contingências	-	-
	46.558.944	52.993.771
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	48.563.357	60.868.761
<b>Fluxo de Caixa das atividades de investimento</b>		
Aumento nas aplicações financeiras	(40.245.492)	(62.893.355)
Adições de imobilizado e intangível, líquidas	(8.121.619)	(6.888.176)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(48.367.111)	(69.781.531)
<b>Fluxo de Caixa das atividades de financiamento</b>		
Integralização de Capital	4.963	-
Aumento líquido de caixa e equivalente caixa	201.210	(8.912.770)
Disponibilidades		
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.858	8.914.628
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	203.068	1.858
Aumento líquido de caixa e equivalente caixa	201.210	(8.912.770)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos, que não supera o seu valor de realização. O aumento dos recursos aplicados no exercício de 2012 deve-se ao fato de que no ano de 2011 foi repassado o total de R\$ 171.939.843, segregados em R\$ 95.923.905 no período de janeiro a julho e R\$ 76.015.938 de setembro a dezembro/2011. No ano de 2012 tivemos um montante global repassado de R\$ 198.721.376. Em 31 de dezembro de 2012, R\$ 125.331 mil estão vinculados ao Contrato de Gestão e devem ser utilizados na execução dos objetivos deste contrato. **5. Contas a receber:**

	2012	2011
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.068.182	778.035
(+) Complemento/acerto PECLD	(83.120)	(83.416)
(-) Baixas ocorridas	1.985.062	694.619
Saldo em 31 de dezembro de 2012	999.999	999.999

**6. Adiantamentos a terceiros:**

	2012	2011
Adiantamentos diversos	3.404	2.437
Adiantamento a fornecedores	181.270	319.978
Adiantamento de viagens	142.543	183.475
	327.217	505.890

**7. Despesas pagas antecipadamente (circulante):**

	2012	2011
Prêmios de seguros	325.130	309.344
Adiantamento a fornecedores	1.986.157	1.986.157
	2.311.287	2.295.501

**8. Despesas antecipadas (não circulante):**

	2012	2011
Adiantamentos diversos	2.838.832	255.112
Adiantamento a fornecedores	13.075.534	15.061.691
	15.914.366	15.316.804

continua

continuação

### REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA – RNP

CNPJ 03.508.097/0001-36

Em julho de 2010 a RNP celebrou junto a OI, um convênio para desenvolvimento de tecnologias em aplicação de rede. Nos termos deste convênio, a RNP pagou à OI o montante de R\$ 19.861.571 e, em contrapartida, recebeu o direito de uso de capacidade e infraestrutura a ser provido pela OI nos postos de presença da RNP pelos próximos 10 anos. Por se tratar de um direito da RNP a mesma fará a apropriação ao resultado à medida em que as capacidades e a estrutura venham sendo utilizadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a despesa apropriada ao resultado foi de R\$ 1.986.157 (R\$ 1.986.157 em 2011). 9. **Imobilizado:**

	Anuais de depreciação	Residual dez/2011	Aquisições	Baixas	Depreciação anual	Residual dez/2012
Equipamentos de computação	20%	19.795.760	8.220.879	(479.542)	(7.475.056)	20.062.041
Máquinas e equipamentos	10%	1.589.622	1.671.187	–	(352.459)	2.908.350
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	1.032.641	–	–	(253.984)	778.657
Móveis e utensílios	10%	3.792.898	513.083	(10.259)	(604.358)	3.691.365
Instalações	10%	7.328	–	–	(7.328)	–
PECLD	0%	(187.581)	–	(1.004.778)	–	(1.192.359)
Importação em Andamento	0%	1.909.261	4.918.043	(6.126.650)	–	700.653
		27.939.929	15.323.193	(7.621.229)	(8.693.185)	26.948.706

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 8.693.185 (R\$ 8.010.889 em 2011) e está registrada no resultado do exercício. Não há bens do ativo imobilizado dados em garantia a terceiros. A Entidade revisou a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação. Para a elaboração dessa análise, a Entidade considerou o seu planejamento operacional para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, elementos externos de comparação, tais como tecnologias disponíveis. Não houve alteração na vida útil econômica dos ativos. 10. **Intangível:**

	Anuais de depreciação	Residual dez/2011	Aquisições	Baixas	Depreciação anual	Residual dez/2012
Sistema aplicativo software	20%	1.904.679	419.742	(85)	(659.386)	1.664.950
		1.904.679	419.742	(85)	(659.386)	1.664.950

A amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 659.386 (R\$ 587.261 em 2011) e está registrada no resultado do exercício.

#### 11. Fornecedores

	2012	2011
Fornecedores serviços de telecomunicação	4.668.713	3.015.728
Fornecedores serviços profissionais	647.587	351.760
Outros	698.548	618.466
	6.014.848	3.985.953

12. **Obrigações fiscais:** Refere-se basicamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte de pessoas físicas e jurídicas, nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2012 e 2011 que apresentaram, respectivamente, os saldos de R\$ 573.591 e R\$ 473.167. 13. **Obrigações sociais:**

	2012	2011
INSS	577.786	426.552
FGTS	151.182	122.642
PIS	23.151	18.562
	752.119	567.756

#### 14. Provisões trabalhistas

	2012	2011
Férias	1.504.988	1.832.447
INSS sobre férias	397.948	451.551
FGTS sobre férias	120.398	146.595
	2.023.334	2.430.593

#### 15. Obrigações em circulação

	2012	2011
Contrato de Gestão – MCT	150.393.152	98.371.412
Finep – Redecomep	–	5.577.856
Finep – Rute	290.459	1.324.936
Finep – Ticampi	56.043	803.754
Finep – Giga	15.906	14.798
	150.755.560	106.092.756

O Contrato de Gestão da RNP é o instrumento pelo qual o contratante, ou seja, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), faz os repasses de recursos para o atendimento ao plano de trabalho da RNP. As entradas dos recursos do Contrato de Gestão, bem como os recursos dos convênios FINEP, são registradas na conta de Obrigações em Circulação, tendo em vista a verdadeira realização das receitas ocorrer no momento de realização dos projetos e não no momento de entrada no caixa da Organização. À medida em que os projetos correlatos são executados, as obrigações em circulação são baixadas e a respectiva receita é apropriada ao resultado do exercício. Com base nos aditivos ao Contrato de Gestão, pactuados 2012, o MCTI, deverá repassar à RNP em 2013, recursos adicionais no valor total de R\$ 22.531.000 para a continuidade do fomento e execução de atividades de pesquisas tecnológicas, desenvolvimento e operação de meios de serviços de difusão do conhecimento na área de tecnologia de informação e de comunicação, conforme apresentado abaixo:

	2012	2011
4º Termo Aditivo do Contrato de Gestão – MCTI	22.531.000	–
	22.531.000	–

Até a data de encerramento destas demonstrações financeiras o montante acima enumerado ainda não havia sido disponibilizado para a Organização pelo MCTI. 16. **Provisão para contingências:** A RNP é parte em processos judiciais ou em riscos potenciais que, na avaliação dos consultores jurídicos, levando em consideração experiências com naturezas semelhantes, foram classificadas de acordo com o risco de perda provável. A Administração entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes para preservar o seu patrimônio, registrando o reconhecimento de provisões para perdas dos processos judiciais em 31 de dezembro de 2011 e de 2012 de acordo com a probabilidade de perda. Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	2012	2011
Trabalhistas	13.661.625	12.942.002
Cíveis	585.035	424.409
	14.246.660	13.366.411

**Contingências trabalhistas:** Para o exercício de 2012 foi adicionada à provisão anterior o montante de R\$ 719.623, devido à atualização do valor recebido pelos profissionais envolvidos nas atividades de prestação dos serviços. **Contingências cíveis:** Processo Civil nº 0254808-17.2010.8.19.0001: Foi realizado um aumento de R\$ 160.626 na provisão efetuada para atender a contingência passiva da ação judicial impetrada pela empresa Global Crossing Comunicações do Brasil Ltda., com base na atualização monetária do valor referente às mensalidades não pagas e de acordo com o levantamento realizado pelo perito contábil nomeado pelo Juiz e datado de 08 de dezembro de 2011. Com isso, o montante atual classificado como risco de perda provável e provisionado no passivo é de R\$ 585.035. A parcela relativa à diferença entre o montante provisionado e o valor total atribuído à causa, também corrigido, apresenta os montantes individuais de R\$ 24.325.344 referente à multa rescisória e R\$ 310.262 referente ao excedente de banda questionado, cujo montante integral no valor

de R\$ 24.635.606 foi classificado como de risco possível, portanto, não está provisionado. **Contingências fiscais:** Tramita no âmbito administrativo o Processo Administrativo Fiscal nº 13706.000843/2001-08 – Receita Federal do Brasil no valor de R\$ 483.924. O risco de perda deste montante é classificado como possível e, por tal motivo, também não está provisionado.

#### 17. Receita de convênios

	2012	2011
Redecomep	5.577.856	5.399.015
Rute	1.049.740	1.765.774
Emp. Brasileira de Comunicação	908.490	2.400.000
FACTI	–	2.919.352
Inmetro	–	1.000.000
Caribbean	233.668	199.595
Iplanrio	–	219.733
Ancine	3.085.057	–
Outros	1.040.277	406.426
	11.895.088	14.309.895

A receita de convênios é a forma pela qual a RNP busca alavancar recursos adicionais que servem tanto para estender projetos em curso quanto para atender aos convênios em serviços de rede ou complementar a infraestrutura própria destinada à integração de novas organizações e novas comunidades. Com isso, propicia o aumento da base de clientes, diminuindo a vulnerabilidade da RNP em relação ao Contrato de Gestão como único e grande cliente.

#### 18. Despesas gerais e administrativas

	2012	2011
Serviço de Obra Civil	6.282.833	3.790.230
Serviço de Cooperativas – Táxi	334.544	160.036
Treinamento/Curso	1.506.583	489.282
Consultoria/Assessoria – ESR	513.156	262.548
Consultoria de gestão de projetos	1.138.246	1.295.237
Consultoria/Assessoria. Pesquisa e Desenv. Projeto	2.008.499	2.078.371
Consultoria de Suporte e Manutenção de Rede	1.193.370	1.235.965
Consultoria/ASS de Informática e Congêneres	1.915.294	355.942
Consultoria de Sistema de Informação	7.602.672	4.440.774
Conectividade Internacional	8.075.015	1.558.466
Conectividade Nacional	59.753.826	16.443.237
Serviço de Terceirização de Mão de Obra	3.435.992	2.892.976
Serviço de Instalação e Configuração de Equipamentos	330.428	139.388
Serviço de Instalação e Manutenção de Equipamentos	1.388.963	886.120
Serviço de Suporte e Manutenção de Software	550.426	1.095.466
Serviços Especializados – Eventos	733.077	148.562
Assessoria Design	501.627	148.562
Convenio de Cooperação Acadêmica	7.930.391	5.145.708
Assessoria de Imprensa	478.908	254.805
Viagens	8.111.113	5.481.251
Consumo de materiais e produtos	4.055.094	3.919.498
Ocupação	2.373.611	1.555.186
Utilidades e serviços	926.989	903.467
Outras despesas	8.162.525	7.627.065
	129.303.182	62.308.142

19. **Transações com partes relacionadas: Remuneração e pessoal-chave:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a remuneração total da Alta Gerência da RNP foi de R\$ 1.344.482 (R\$ 981.996 em 2011). A Associação não concede benefícios pós-emprego ou outros de longo prazo para os seus diretores e colaboradores. A Administração da Organização é executada por seu Conselho de Administração (Dirigentes). Os Conselheiros e seus suplentes não percebem remuneração alguma por parte da RNP. 20. **Cobertura de seguros:** Em 31 de dezembro de 2012 os ativos da RNP estavam segurados contra sinistros pelo valor máximo indenizatório de R\$ 6.140.769 para equipamentos diversos, tais como roteadores e servidores (R\$ 5.176.204 em 2011), e de R\$ 129.719 para notebooks (R\$ 129.719 em 2011) pelo valor pago de prêmio de R\$ 354.687 (R\$ 337.466 em 2011) compreendendo o seguro de riscos dos equipamentos diversos mencionados no valor de R\$ 311.472 e de notebooks no valor de 43.215 (R\$ 288.341 e R\$ 49.125 em 2011, respectivamente). Em virtude da localização diversificada dos bens da organização e da análise de risco efetuada pela seguradora contratada, o valor máximo indenizatório se refere à perda por sinistro da localidade com a maior localização valorada de equipamentos, que é o município de Campinas. No entanto, caso o sinistro ocorra em qualquer outra localidade do país, todas as perdas estarão cobertas até o limite máximo indenizatório. Além disso, ao longo do ano, o seguro é revisto e atualizado conforme a probabilidade de mudança do critério anteriormente mencionado, com o objetivo de resguardar o patrimônio.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2012

**Nelson Simões da Silva**  
Diretor Geral da RNP

**JCC – ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA**

**João Carlos Cristiano**

Contador  
CRC/RJ 0322853/0-0 0 CPF 329.070.107-78

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP - Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.  A auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade.  A auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para opinião com ressalva:** Conforme descrito na Nota 11 a Entidade possui obrigações com diversos fornecedores de bens e serviços, dentre as quais obrigações com fornecedores de serviços de telecomunicação que em 31 de dezembro de 2012 montavam aproximadamente R\$ 4.700 mil. As respostas dos pedidos de confirmação recebidas destes provedores de serviços de telecomunicações indicam saldos em aberto no montante aproximado de R\$ 6.600 mil representando uma diferença de aproximadamente R\$ 1.900 mil em relação aos saldos registrados pela RNP em suas demonstrações financeiras. Estas divergências não foram analisadas e nem reconciliadas pela Entidade com os respectivos saldos contábeis. Consequentemente não nos foi possível concluir quanto a adequação das obrigações com fornecedores de telecomunicações em 31 de dezembro de 2012. **Opinião com ressalva:** Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12).  **Continuidade das operações:** Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 1, que indica que os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI e estão atrelados ao Contrato de Gestão firmado originalmente em 16 de janeiro de 2007 com vigência de 4 anos, o qual foi renovado em 22 de dezembro de 2010 com vigência de 6 anos adicionais. Consequentemente a continuidade das operações da Entidade depende do recebimento desses recursos pelo MCTI e indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvidas quanto à capacidade de continuidade da Entidade. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por nós. Nosso relatório de auditoria datado de 16 de fevereiro de 2012 conteve as seguintes ressalvas: (i) a Entidade pagou antecipadamente aproximadamente R\$ 19.861 mil pela aquisição de serviços de telecomunicações por um período de 10 anos, iniciados em agosto 2010. Nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 os serviços pagos antecipadamente foram integralmente lançados como despesa na demonstração do déficit, que naquele exercício ficou superavaliado em R\$ 19.034 mil. No processo de elaboração das demonstrações financeiras do exercício de 2011 a Administração observou tal erro e efetuou os ajustes que considerou necessários na rubrica ajustes de exercícios anteriores, no patrimônio social. Os ajustes apurados e registrados diretamente no patrimônio social deveriam ter sido efetuados através do refazimento das demonstrações financeiras do exercício de 2010, nos termos requeridos pelo Pronunciamento Técnico 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Tal fato não produziu efeito na posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2011; (ii) a Entidade registrou provisões referentes a passivos trabalhistas no montante de R\$ 12.942 mil. Esta provisão inclui eventos decorrentes de fatos geradores observados em 2011 e em exercícios anteriores. A Administração não determinou o montante exato relacionado ao exercício de 2011 e aos períodos anteriores e registrou a integralidade desta provisão na demonstração do déficit do exercício. A parcela relacionada a fatos geradores observados em períodos anteriores deveria ter sido registrada através do refazimento das demonstrações financeiras do último período apresentado, nos termos requeridos pelo Pronunciamento Técnico 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Consequentemente o déficit do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 ficou superavaliado pelo montante relacionado aos fatos geradores anteriores a 2011, o qual não foi apurado pela Administração e sobre o qual não pudemos concluir. Tal fato não produziu efeito na posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2011. Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 2012. ERNST & YOUNG TERCO - Auditores Independentes S.S. -CRC- 2SP 015.199/0-6 - F - RJ. Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC - 1RJ 090.174/0-4.



BALANÇO PATRIMONIAL

REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP

CNPJ 03.508.097/0001-36

GESTÃO FINANCEIRA DO CONTRATO DE GESTÃO											OUTRAS RECEITAS RECEBIDAS NÃO ADVINDAS DO CONTRATO DE GESTÃO (VALORES EM R\$ 1.000,00)				
PORTARIA MCTI Nº 967 ART. 33											BALANÇO RESUMIDO				
Contrato de Gestão (valores em R\$ 1.000,00)											Receitas*				
Recebimentos											Saldo inicial (01/01/12)				
Aportes											Convênios				
Carta											Receitas de Serviços				
Garantia -											Receita Financeira Líquida				
CLARA											Transações Diversas				
Total											34.382,01				
Despesas											Custeio				
Total Despesa											19.589,32				
Saldo											14.792,69				
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2012											Obs.: Todas as informações apresentadas são financeiras.				
CONTRATO DE GESTÃO (VALORES EM R\$ 1.000,00)											Nota Explicativa 6: Cronologia das receitas de convênios, de serviços, financeiras, bem como, das transações de devoluções, adiantamentos ou pagamentos à fornecedores ou a projetos com outras origens de recursos.				
Balanço Resumido											Meses				
Recursos											Janeiro				
Despesas											Fevereiro				
Total da Despesa											Março				
Saldo <sup>5</sup>											Abril				
Obs.: Todas as informações apresentadas são financeiras.											Maio				
NOTAS EXPLICATIVAS											Junho				
Nota Explicativa 1: Neste item registram-se as devoluções de adiantamentos, bem como o acerto de pagamentos feitos aos fornecedores e aos projetos com outras origens de recursos.											Julho				
Nota Explicativa 2: Neste item registra-se a diferença entre todas as despesas realizadas pelo Contrato de Gestão e as que foram supridas por outras fontes.											Agosto				
Nota Explicativa 3: Neste item registram-se as necessidades de transferências entre recursos do Contrato de Gestão para suprir a Ação 4655 - Gestão RNP.											Setembro				
Nota Explicativa 4: Cronologia dos repasses correspondentes aos termos aditivos do Contrato de Gestão (Valores em R\$ 1.000,00).											Outubro				
Origem do Recurso											Novembro				
MCTI											Dezembro				
2º TA - MCTI/DETIC/SEPIN											TOTAL				
2º TA - MCTI/SEPED/CGEE											Obs.: Todas as informações apresentadas são financeiras.				
2º TA - MCTI/SEXEX											Outras despesas não provenientes de execução do Contrato de Gestão (valores em R\$ 1.000,00)				
2º TA - MCTI/CGPC/DETIC/SEPIN											Custeio				
3º TA - MCTI/4172											Capital				
3º TA - MCTI/4655											Despesa Operacional				
3º TA - MCTI/4172											Pessoa Física				
3º TA - MCTI/4655											Despesa Operacional				
3º TA - MCTI/4172											Pessoa Jurídica				
3º TA - MCTI/4655											Viagens				
3º TA - MCTI/4172											TOTAL				
Subtotal MCTI											TOTAL				
Outras Fontes											TOTAL				
2º TA - MCTI/ITI											TOTAL				
1º TA - MEC/4172											TOTAL				
2º TA - FNDCT											TOTAL				
2º TA - MEC/SETEC											TOTAL				
2º TA - FNDCT											TOTAL				
2º TA - FNDCT											TOTAL				
2º TA - FNDCT											TOTAL				
3º TA - INMETRO											TOTAL				
3º TA - MEC/4172											TOTAL				
3º TA - MEC/4172											TOTAL				
3º TA - MEC/4172											TOTAL				
3º TA - MEC/4172											TOTAL				
4º TA - FNDCT											TOTAL				
Subtotal Outras Fontes											TOTAL				
Total											TOTAL				
Nota Explicativa 5: A despesa comprometida com compras e contratos pactuados em 2012, que serão pagos em 2013, é estimada em R\$ 65 milhões.											TOTAL				

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE CONDUTORES AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS, TÁXIS E CARGAS DA REGIÃO NORDESTE - FECONE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Entidade sindical de grau superior, legalmente registrada, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, CONVOCA todos os Sindicatos filiados da região nordeste, que representam as categorias de "condutores autônomos, taxistas, caminhoneiros, dos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, no dia 20 de março de 2013, com sede provisória à Rua: Francisco Peregrino Montenegro, 107 - Jaguaribe - CEP: 58015-220 na Capital do Estado da Paraíba, 08h00 em primeira convocação e as 10h00 em segunda e última convocação onde deverão deliberar. a) ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA e b) assuntos de interesse.

João Pessoa-PB, 20 de fevereiro de 2013  
EDUARDO DE OLIVEIRA E SILVA  
Presidente da Federação

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS- VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS

AVISO CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - ANO 2013

Pelo presente Aviso, a Federação Nacional dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos e os Sindicatos integrantes do seu Plano de Representação em todo o País, (artigo 605 da CLT), conforme enquadramento sindical previsto nos artigos 570 e 577, da CLT, integrantes às categorias profissionais diferenciadas, pertencentes ao 1º grupo, dos VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, previstos nas leis nº 3.207/57 e 6.224/75, conforme dispõe o artigo 582 e seus respectivos parágrafos da CLT, representados por Sindicatos, Federação e Confederação, em seus Municípios ou Estados e no Distrito Federal, avisa aos senhores empregadores sobre a necessidade do recolhimento do DESCONTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DE SEUS EMPREGADOS, QUE EXERCEM AS PROFISSÕES DE VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDIS-

TAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, importância esta correspondente à remuneração de um dia de trabalho do mês de março (art. 580, da CLT), e, recolhido na rede bancária credenciada até 30 de ABRIL de 2013, imprerivelmente, através de Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana - GRCSU. Ficam os interessados, cientificados, desde já, que o não recolhimento da CONTRIBUIÇÃO SINDICAL dos seus empregados até a data prevista importará em multa de 10% (dez por cento) nos trinta primeiros dias, com adicional de 2% (dois por cento) por mês subsequente de atraso e juros de 1% (um por cento) ao mês, e correção monetária (artigo 600, da CLT), combinado com a lei nº 6.986, de 13/04/1982. As Guias de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana já estão sendo expedidas, devendo os empregadores que não as receber até a data do seu vencimento, solicitá-las ao Sindicato ou Federação, de acordo com o enquadramento sindical de sua respectiva representação. Maiores informações poderão ser solicitadas a esta Entidade, com sede à Rua Álvaro Alvim, 21 - 4º andar - Cinelândia - Rio de Janeiro, RJ, CEP 20031-010, telefone: (021) 3380.3666, e-mail: contato@fenavenpro.org.br.

Rio de Janeiro-RJ, 22 de fevereiro de 2013.  
LUIZ FERNANDO NUNES.  
1º Tesoureiro.

EDSON RIBEIRO PINTO.  
Presidente da Federação